

# Ulysses convoca negociações para evitar a "guerra da Constituinte"

Da Sucursal de Brasília

Depois de devolver a Presidência da República ao presidente José Sarney, hoje, às 8h, na Base Aérea de Brasília, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, continuará a promover novas rodadas de negociações para evitar o que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, qualificou ontem de "guerra da Constituinte". A "guerra" trava-se em torno do Regimento interno do Congresso constituinte, dividindo a liderança do PMDB e os partidos de esquerda, de um lado, e o "Centrão" de outro.

Cabral saiu de mais uma reunião convocada por Ulysses, na casa do ministro da Previdência, Renato Archer, na Península dos Ministros, dizendo que, entre hoje e amanhã, "teremos um documento comum para evitar discussões, repetições e aquilo que já está se chamando de 'guerra da Constituinte'".

Ulysses chegou atrasado ao encontro, que se iniciou às 10h e prosseguiu por mais de três horas, porque estava recebendo em sua casa o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (PFL-BA), uma das lideranças do "Centrão". Lourenço saiu da casa de Ulysses dando declarações conciliatórias: "Estamos preparando o esboço de uma proposta mais concreta a ser negociada amanhã [hoje] com líderes partidários e de grupos, e poderemos chegar a um consenso para evitar atrasos nos trabalhos".

Da reunião na casa de Archer participaram apenas parlamentares ligados à direção peemedebista e dois ministros, Archer e Luiz Henrique,

da Ciência e Tecnologia. O "Centrão" tem também um representante sem mandato nas conversações, o assessor parlamentar do Gabinete Civil da Presidência, Henrique Heargreaves. Na sexta-feira, no Palácio do Planalto, Ulysses promoveu um encontro entre Heargreaves e o deputado José Lins (PFL-CE), como representantes do "Centrão", e os deputados Nelson Jobim (RS) e Genebaldo Corrêa (BA), que falaram em nome da direção peemedebista.

O "Centrão" desejava que um pedido de preferência para uma emenda com mais de 280 assinaturas (metade mais um dos parlamentares) obrigasse a que, para se manter o texto do projeto da Comissão de Sistematização no trecho em debate, se reunissem 280 votos. A liderança do PMDB se opôs a esta proposta, temendo que, apesar de conseguir 280 assinaturas, uma determinada emenda não alcançasse o mesmo número de votos (necessários para sua aprovação), assim como os partidários da manutenção do texto da Sistematização, o que levaria ao surgimento de "buracos negros" no rascunho de Carta (não vigorariam nem o projeto da Sistematização nem o texto da emenda apresentada).

A fórmula que pode levar a um acordo prevê que, em vez de 280 assinaturas para um pedido de preferência (que obriga a votação imediata de determinada emenda), ela seja conseguida no voto. Se a emenda a ser votada não conseguir 280 votos, e nem o projeto da Sistematização os conseguir, a sessão poderia ser suspensa para que o relator (Cabral) redigisse um novo texto, que incorporasse o espírito dos dois textos.



O deputado Ulysses Guimarães deixa a casa do ministro Renato Archer

## Debate imaginário entre políticos de hoje e pensador do século 19 discute o presidencialismo brasileiro

O cientista político Lamounier simula discussão sobre sistema de governo com o pensador Sylvio Romero (1851-1914)

**BOLÍVAR LAMOUNIER (\*)**  
Especial para a Folha

Imortalizado por seus estudos no campo da Sociologia e da Literatura, Sylvio Romero (1851-1914) foi recentemente ressuscitado como pensador político. Seu retorno deu-se pelas mãos do (falecido) senador Petrônio Portella, que mandou reeditar as "Cartas ao Conselheiro Rui Barbosa" escritas por Romero em 1893, sob o título "Presidencialismo e Parlamentarismo" (Senado Federal, 1979).

As "Cartas" mostram um Sylvio Romero indignado com a falta de debate em torno do sistema presidencialista instituído pela Constituição de 1891 — tão indignado que resolveu ressuscitar e defender seus pontos de vista junto aos atuais constituintes e a outras lideranças nacionais. O debate abaixo é imaginário, mas nem tanto. Salvo os trechos entre parênteses, tudo foi realmente dito pelos participantes, em diferentes ocasiões.

Marco Maciel, senador (PFL-PE) — O problema é que ainda não praticamos o verdadeiro presidencialismo, um presidencialismo com poderes harmônicos e "equipotentes", como nos Estados Unidos. O que devemos fazer é aperfeiçoar o sistema, dotá-lo de "checks and balances", e não substituí-lo.

Sylvio Romero — Não argumentemos com os Estados Unidos. É opinião corrente entre os bons conhecedores daquele povo ilustre que ele se tem desenvolvido em paz, não pelo presidencialismo, porém a despeito do presidencialismo. Esse sistema sem maleabilidade, firmado em uma suspeição insensata entre o Legislativo e o Executivo, próprio para criar atritos e lutas insolúveis entre os dois poderes, lutas que só podem ter saída pela submissão afrontosa do Legislativo, ou pela revolução armada, é o grande defeito, e não a grande virtude, da Constituição federal americana, infelizmente imitada por nós neste ponto gravíssimo.

Aureliano Chaves (PFL), ministro das Minas e Energia — (Pode ser, dr. Romero), mas eu só me candidato em regime presidencialista. É um ponto de vista que eu tenho: acho que o parlamentarismo não se ajusta à índole do nosso povo.

**"O presidencialismo é um governo fraco e dividido"**

Sylvio Romero — (Mas, sr. ministro, que negócio é esse de "índole"? Qual é, afinal, a nossa "índole"? Há por aí uma teoria enganadora de que nós, brasileiros, somos o povo mais brando, mais sensível, mais terno, mais meigo de gênio, que se conhece sobre a terra. Mas o fato é que houve momentos em nossa história em que a ferocidade humana atingiu proporções épicas... Talvez o sr. queira dizer justamente isso, que somos um dos povos mais anárquicos e indisciplinados do mundo. Outro sintoma que deveis ter notado: o compatriótico, via de regra, em se lhe mantendo um cargo nas mãos, tende logo a abusar. (Com isso estou de acordo, e justamente por isso é que não posso concordar com o presidencialismo.) É um governo apropriadíssimo para fazer germinar essas más paixões de mando, de cesarismo, de despotismo nas almas ambiciosas, irrequietas e trélegas. A lista dos tiranetas da América é tão extensa quanto a dos tiranos da Roma imperial. Em quase todos esses galhardos liberalões, esses guapos democratas, esses denodados tribunos que aí se pavoneiam, acha-se o estofado tético de outros tantos tiranetas, outros tantos despotas, ficai certo.

Miguel Arraes (PMDB), governador de Pernambuco, — (É um argumento



Aureliano, Maciel, Rui Barbosa, Arraes, Serra, Romero, Ermírio; de costas, Rossi

ponderável sr. Romero), mas um país grande como o Brasil precisa de um governo forte.

Sylvio Romero — (Data vênha, sr. governador, acho que o sr. está incorrendo naquela confusão vulgar entre o que é violento e o que é forte. (O governo presidencialista) não tem o recurso de apelar para o país e indagar as preferências populares. Na América, o ministério é forçado a esperar que expirem os poderes da Câmara e que o próprio Senado, renovável pelo terço, passe por uma ou duas eleições. Preso, durante todo este longo intervalo, a assembleias adversas, sua política torna-se pálida, expectante, sem alcance. Por falta de cenário, de discussão, de luta de idéias, o presidencialismo é um governo fraco e dividido, apropriado a elevar e manter no poder as mediocridades, apenas hábeis em curvar a espinha ao chefe de Estado...

Miguel Arraes — (Mas dr. Romero, a instabilidade dos gabinetes parlamentaristas...)

Sylvio Romero — Esta censura exprime uma falta de observação e um falso conceito do que seja o governo. A falta de observação consiste em não ver que no atual regimen a instabilidade dos ministros tem sido ainda maior. Em pouco mais de três anos temos tido trinta ministros, cujos nomes não declinarei aqui por brevidade. O sr. Floriano Peixoto, em um ano e pouco de governo, já devorou vários, em gula insaciável. Mais grave, porém, é o falso conceito sobre o que seja o governo. Por uma fortíssima impressão que ficou da época do absolutismo, do tempo de "El-Rei Nosso Senhor", confunde-se governo com mando incontrastável... (Neste ponto ocorre a ressurreição de Rui Barbosa, que também se anima a participar do debate).

Rui Barbosa — (Realmente, meu jovem, falando em governo "forte" o governador Arraes talvez esteja pensando naquela coisa dos positivistas, do castilhisismo...) Mas a verdade é que a república, no Brasil, decorre da constituição de Hamilton, não do catecismo de Augusto Comte.

Sylvio Romero — Mas dizer isto não basta. Conquanto seja bem certo não ser o presidencialismo americano, imitado pela Constituição brasileira, uma criação do positivismo, não é menos verdade que a "pretraille" comtista o defende entre nós. Qual será a razão? Quem será bastante ingênuo para não a ver? É que, em seus cálculos de predomínio, o presidencialismo lhes quadra, como aproximado da ditadura, como um natural caminho para ela. E eis aqui como se explica a singular anomalia de receber o regime americano apoio da parte de indivíduos que detestam tudo quanto é da grande República do norte: sua democracia, seu espírito industrial, o protestantismo da maioria de seus habitantes, a sua intuição da vida, da política, da sociedade.

Antônio Ermírio de Moraes (PTB), empresário — (professor Romero, o que me preocupa, como homem ligado à produção, é a politicagem). Com o parlamentarismo, o Congresso vai comandar também o Executivo. O Congresso comandando o Executivo significa que os ministros todos vão ter que obedecer a área do Congresso, porque eles vão ser eleitos indiretamente pelo Congresso. Então, nós vamos ter um país extremamente político. E só a política não resolve. É preciso ter política e execução. Meu medo é que, dentro da mentalidade brasileira, vamos acabar tendo um Primeiro-Ministro transformado em chefe da seção de pessoal do Brasil.

Sylvio Romero — (Dr. Ermírio, o presidencialismo) sofre de todos os vícios (e até mais agravados) dos manejos eleitorais — sem as suas vantagens. (Com todo o respeito, a objeção que o sr. levanta é) nada menos que a extravagante pretensão de dividir a nação em dois grupos: de um lado, os possuidores em monopólio das luzes e da dignidade moral, e de outro lado, os ineptos e viciados, os incapazes de qualquer ação acertada. Onde é mais possível o abuso, o viciamento dos bons estímulos políticos: em um governo complexo, variado, que a todos toca em um grau qualquer, porque repousa em uma delegação larga e oportunamente revogável da nação; ou em um governo de corrilho, de camarilha de meia dúzia de espertos que se dizem os mais aptos, os mais sábios, os mais dignos? No presidencialismo, a afoiteza não tem peias. É a sistematização do escândalo.

**"Temos uma distorção, pois o voto em alguns Estados vale muito menos"**

José Serra — (Sim, deputado federal (PMDB-SP) — (Dou razão nesse ponto ao Sylvio Romero.) A taxa de fisiologia do Parlamento brasileiro depende do próprio regime presidencialista. Do jeito que as coisas são, a manipulação e a fisiologia são uma condição para o regime funcionar. O Parlamento está anulado em matéria de poderes, ele só fica forte quando o governo vai mal, o que é um paradoxo...

Sylvio Romero — É claro, porque no nosso atual arranjo o governo tem muito mais desembaraço para intervir torpissimamente nas eleições, por que sabe que não tem de dar satisfações a ninguém; e depois, porque nesta engrenagem política o Congresso, que não tem poder para o bem, porque não pode fiscalizar a marcha desregrada do governo, tem, entretanto, todo o poder para o mal, tornando-se uma casa da pior espécie de gritadores, os gritadores impotentes.

José Serra — (Sim, de acordo. Mas tem o problema da representação dos Estados.) Nós temos tido no Brasil, hoje, uma distorção, pois o voto em alguns Estados vale muito menos, com o efeito proporcional, que o voto em outros. São Paulo, por exemplo, se for seguir a proporcionalidade, deveria ter o dobro de deputados federais. Num regime parlamentarista, se não for obedecida um pouco mais de perto a questão da representação da população, isso pode ser fatal.

Sylvio Romero — (Bom, eu devo dizer que no meu tempo essa queixa tinha o sinal contrário). O vício do parlamentarismo imperial era a pressão das grandes províncias contra as pequenas, que eram levadas de roldão; mas isso não foi uma culpa específica do regime parlamentarista. Foi uma herança da colônia, desde as antigas capitânicas. Na ocasião da independência fora talvez fácil tentar nova divisão sistemática. Nada, porém, foi tentado neste intuito, e hoje (1893) será provavelmente embaraçoso tentar alguma coisa neste sentido. Há porém uma providência a tomar: marcar um máximo à representação dos Estados grandes e poderosos, qualquer que seja a sua população, de modo que as suas deputações reunidas não excedam às dos pequenos Estados juntas...

Clóvis Rossi (repórter da Folha, moderador do debate) — (Dr. Sylvio Romero, o sr. de repente voltou a 1893 e, como bom sergipano, começou a puxar a brasa para a sua sardinha. Mas eu queria lhe perguntar como fica a questão da transparência do poder frente ao eleitorado; a questão da "accountability", como dizem os americanos. Como vamos fazer, no o, para determinar com clareza a responsabilidade pelas políticas adotadas? Como é que os eleitores vão fazer a cobrança?)

Sylvio Romero — (Meu caro Clóvis), a verdade é que a responsabilidade ministerial, como existe na Grã-Bretanha, é uma garantia mais eficaz do governo popular. Na minha opinião o sistema constitucional dos ministros responsáveis é muito mais republicano e tem menos inconvenientes do que o sistema dos Estados Unidos. Um regime como o presidencial, onde o chefe do Estado é de fato um ditador, cercado de auxiliares irresponsáveis, sem a mais leve obrigação de dar ao país a menor satisfação de seus atos, abroquelado no supremo desdém que lhe é outorgado pela própria constituição, tendo os pés fincados na força armada, senhor de um poder discricionário enorme — poder limitado apenas pela responsabilidade teórica e pilhérica dos processos fantasmagoricamente ideados na carta política, é naturalmente, irremediavelmente, um militarismo que a própria lei suprema aparelha. Em nossa curta história de três anos, o trétego sistema só tem se alimentado de desastinos.

Clóvis Rossi — (Mas para casos graves existe o "impeachment"; o sr. o considera pilhérico?)

Sylvio Romero — (Sim, exatamente. O "impeachment" é tudo o que o Congresso tem à sua disposição): uma acusação criminal seguida de condenação pela maioria de dois terços. Não passa isso de uma arma pesada e pouco manejável, que serve apenas para se pendurar no museu das antiguidades constitucionais. Podem por consequência os ministros se manter contra a vontade das câmaras e conduzir o país por caminhos que elas desaprovem, contanto que o presidente esteja de acordo com aqueles caminhos; e semelhante acordo poderia a rigor prolongar-se por todo o período presidencial. (Como se vê) o presidencialismo é o conflito permanentemente organizado pela própria constituição.